

### **A filosofia do desenvolvimento de Álvaro Vieira Pinto (1959)**

Em 1959 o professor Álvaro Vieira Pinto, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (autor de “Consciência e Realidade Nacional” e “Ideologia e Realidade Nacional”) esteve em Belo Horizonte para palestras no curso de sociologia e política da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Sua apresentação foi recebida com críticas por parte dos estudantes, que tentaram depois estabelecer um debate com o professor, conforme a correspondência em anexo, que não teve prosseguimento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

Prezado Sr. Simon Schwartzman

Muito me apiedou a sua participação  
nos debates suscitados por ocasião de minhas  
palestras em sua Excelência Fúnd. de. Mostraram  
o valor da extensão do seu colaboramento no  
campo de filosofia social, e a firmeza de seu  
ponto de vista. Receio, porém, que a brevidade  
do tempo tenha impedido no debate mais  
profundo, das idéias, talvez, em resultado não ter  
ficado completamente esclarecida a meu pensa-  
mento e opiniões, na medida em que era

possível, alguns pontos suscitados pelo  
seu e nos outros colegas. Considero-  
o porque foi o debate aqui no Rio,  
vittando-me no final do que teria  
oportunidade de esclarecer-me a respeito  
do seu interesse reverso.

Vieira Pinto

Belo Horizonte, 7 de outubro de 1959.

Prezado professor Álvaro Vieira Pinto,

Recebemos com satisfação seu gentil bilhete, em que pede que continuemos aí no ISEB, quando houver oportunidade, a troca de opiniões iniciada quando de sua permanência entre nós, de tanta valia para os que tivemos a oportunidade de ouvi-lo.

Em que pesem as divergências verificadas, as ideias expostas não soaram no vazio, sendo desde então objeto de nossas principais atenções. De fato, procuramos sintetizar os pontos em que nossas divergências se acentuaram, buscando mostrar as consequências das diversas posições e os fundamentos de cada uma. Este trabalho está quase terminado, e teremos imensa satisfação em submetê-los à sua apreciação e crítica.

Falta-nos, no entanto, um texto em que nos apoiar, e muito provavelmente várias divergências terão seu fundamento apenas em incompreensões, frutos da pressa e da brevidade dos contatos. É por isto que remeto, junto a esta, um texto que nos pareceu ser a reconstituição mais fiel das ideias que o sr. nos expôs, reconstituição feita através de alguns apontamentos e um pouco também de memória, pela compreensão que tivemos de suas palavras. Gostaríamos de receber pela volta do correio as falhas desta reconstituição, suas imprecisões e omissões, para que possamos ter um ponto de apoio firme para nossas possíveis objeções.

Objeções que acreditamos, por agora ao menos, serem não tanto fruto de compreensões mal feitas, mas sim causadas por divergências de fundamento. Se nos interessamos tanto por este debate, é que ele envolve questões de primordial importância para a fundamentação do pensamento brasileiro, e onde qualquer descuido pode ter consequências imprevisíveis. Por isto, gostaríamos que nosso diálogo não ficasse restrito a quatro paredes.

Agradecemos suas referências elogiosas a nosso grupo, que atribuímos à sua gentileza manifesta, mas não deixaremos de nos colocar ante o senhor, como alunos que discordam respeitosamente do mestre.

Atenciosamente,





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

Prezado amigo Sr. Schwartzmann

Recebi com muito agrado a  
sua carta e a notícia de que o grupo de  
estudantes de Sr. Fialdese se interessou em  
debater algumas ideias ligadas às palavras que  
fiz. Entendi com cuidado a sua exposição e  
deve reconhecer que muito do que diz corresponde  
de as meu pensamento, no sentido que não se  
trata coisa mais antiga correta, especialmente a  
noção de "município" que não utili, e que não  
compreendi bem os termos de sua carta. Creio  
que seria muito útil se o amigo pudesse  
formular por escrito as ideias ou dúvidas  
que tem a respeito das ideias que expus.  
Em tal caso seria mais fácil fazer um  
debate por escrito, embora me parece que  
o mais fácil seria podermos nos encontrar  
para o debate após o término do assunto  
controverso. Gostaria que o senhor e seus  
colegas organizassem uma nota opinativa  
de elementos que talvez pudesse ser feita  
aqui no Rio apresentando o ponto de  
vista de todos nós que sempre me  
torna difícil de alguns pontos o  
estado e o debate, e obviamente  
a produção de o interesse que tenho  
pelas minhas palavras.  
Com um abraço, deixo-me  
Vilma Pinto

Belo Horizonte, 4 do novembro do 1959

Prezado professor Álvaro Vieira Pinto:

Em resposta à sua carta de 23 p.p., procuramos formular, de maneira resumida, as objeções e dúvidas a que temos nos referido. É claro que só poderíamos formulá-las depois de ter uma versão exata do pensamento que o sr. nos expôs, ao menos on seus pontos fundamentais, formulação acompanhada de correspondente fundamentação. Entretanto, como muito do que dissemos corresponde ao seu pensamento, conforme nos escreve, submetemos o resumo anexo à apreciação do professor.

No que se refere ao termo "unicidade", referindo-se à fundamentação da possibilidade de um pensamento do una nação subdesenvolvida, reconhecendo aos graus menores do processo direito a um ponto de vista autônomo, parecia-nos certo ter o sr. se utilizado da expressão "unicidade" relacionada com uma realidade que se apresenta como individualizada e única. Com mais exatidão teríamos certamente colocado a questão ligando-a ao "universal concreto" do Hegel, mas não o fizemos por não termos chegado a um acordo sobre a utilização que teria sido feita pelo sr. desta categoria, sem dúvida pelas deficiências próprias do quem sô agora inicia o estudo deste filósofo. Gostaríamos, pois,, que o prof. nos esclarecesse melhor a respeito.

De fato o termo "unicidade" não está empregado com precisão, vemos agora, quando falamos de uma "acentuação da unicidade dentro do universal", por exemplo Mas acreditamos que a ideia fundamental está expressa consistindo em afirmar que uma nação periférica, assim como as dominantes, tem direito a uma visão do mundo própria, a uma filosofia própria, quando ela se constitui em sujeito de sua existência, que tem consciência de ser no mundo.

En que pesem as divergências, não assumimos atitude negativista, e talvez seja importante deixar isto expresso. Somos pelo desenvolvimento nacional, pela libertação do pais das peias da dominação de grupos internacionais, pela assunção de nossa condição de sujeito do nosso processo, do nossa vida. Mas NÓS quem? Dou a palavra a L. Goldmann, referindo-se a Brecht: "Au capitaliste colonial qui lui demande de se sacrifier pour son entreprise qu'il lui présente comme une ouvre civilisatrice commune la coolie répond : 'Nous et Je et Tu, ce n'est pas la même chose'. Ce que signifie: il n'y a de Nous, que là où il y a communauté authentique."

Quanto a nossa ida no Rio, parece impraticável organizarmos uma viagem conjunta, mas individualmente muitos do nos pretendem fazer esta viagem, eu inclusive, e não deixaremos de procurar o professor, para a conversa que certamente nos será útil.

Quero, finalmente, agradecer a atenção que tem o sr. dado às nossa opiniões e importunações, com uma delicadeza que muito nos lisonjeia. Isto eleva o conceito que tem o professor em nossa Faculdade, ao mesmo tempo em que nos anima neste diálogo em que tanto aprendemos e temos ainda a aprender.

Atenciosamente,

## A Filosofia do Desenvolvimento de Álvaro Vieira Pinto

Síntese (1959)

O pensamento filosófico tem sido sempre uma concepção do mundo, condicionada pela situação histórica concreta do pensador. Na realidade não existiria um pensamento que tivesse validade em si, e que pudesse ser separado de suas raízes históricas.

Normalmente, a filosofia tem sido um produto daqueles que se encontram situados no topo do processo civilizatório, nos centros dominantes. Colocando-se no cume, o pensamento filosófico pretende valor universal e intemporalmente, e tende a negar a possibilidade de um pensamento válido que não seja o seu. Estando em posição privilegiada, o pensador do centro dominante tenderia a valorizar como absolutos seus enunciados, e não reconhecer aos graus menores do processo o direito a ponto de vista autônomo, e considerar privilegiada sua posição histórica, o que faria com que somente o seu ponto de vista fosse o envolvente da totalidade.

Mas, com fundamento em Hegel, a partir de cada unicidade é possível um ponto de vista universal. A atribuição do direito exclusivo ao pensamento válido nos centros dominantes é fruto de um complexo de dominação, de caracterização relativamente fácil. A filosofia, como visão-de-mundo de cada ser-no-mundo que possua consciência desta visão, tornar-se-á possível quando neste centros e configurem condições para esta conscientização de sua situação. É o surgimento da industrialização brasileira que configurará as condições desta conscientização, ao mesmo tempo que fixará como contradição principal a contradição desenvolvimento – subdesenvolvimento, centro dominante – centro dominado, e acentuará nossa unicidade dentro do universal, a unicidade “nação proletária”. A nação proletária, subdesenvolvida, como unicidade, tem em si a visão da universalidade, e pelas características históricas de sua constituição, é capaz de consciência desta visão, ou seja, de filosofia.

Outras contradições certamente existem, mas são particulares no processo histórico, e não o caso geral. Contradições de classe, contradições de região, contradições entre lavoura e indústria, etc. Há sempre em qualquer sociedade um conjunto de contradições, e uma delas, a principal, determina a polaridade, sendo as demais, em relação a esta, no momento, dados de segunda ordem. A ideologia, o pensamento filosófico, representa o pensamento de um dos polos da contradição principal, e se, em nosso caso, é a nação em sua totalidade um desses polos, é a partir dela que se estruturará esta ideologia.

A filosofia nacional será então a filosofia do desenvolvimento. A visão do mundo que devemos elaborar, elevando ao plano da consciência nossa perspectiva do universal, é a visão da nação subdesenvolvida, dominada, em processo de desenvolvimento, libertação. Esta conscientização se realiza no próprio processo de desenvolvimento, sendo dele produtora e beneficiária. A filosofia do

desenvolvimento, como filosofia do centro dominado, será dialética, e não perene, concreta, e não abstrata, revolucionária, e não conservadora, prática, e não teórica, humanista, e não formalista, popular, e não de elite.

Na elaboração da filosofia do desenvolvimento, nada nos impede de valermos-nos de contribuições de pensamentos já elaborados de centros dominantes. Buscando embora elementos e formações gerais nestas fontes, nosso pensamento será original, por corresponder à nossa situação específica, e igualmente universal. No existencialismo ir-se-ão buscar valiosos elementos para esta filosofia, pois apenas ele coloca suficientemente a caracterização do homem como ser-no-mundo, tendo o mundo como seu constitutivo ontológico. Mas o existencialismo, pelas condições históricas em que se formou, é abstrato, subjetivo, individual e pessimista. Ora nosso futuro, pelo contrário, nos surge como promissor, pois estamos em expansão e desenvolvimento, e nosso pensamento será assim concreto, social, objetivo e otimista.

Nossa situação existencial limite é o subdesenvolvimento, situação englobante, envolvente, da qual só transformando-a poder-se-á fugir. Nossa situação limite nos leva, não a um conceito de ser-para-a-morte ou ser-para-o-fracasso, mas a um ser-para-a-vida, para o desenvolvimento, conseguido pela intervenção direta na situação circundante concreta.



## Questões sobre a filosofia do desenvolvimento de Álvaro Vieira Pinto

Sobre a tentativa de fundamentação de uma filosofia desenvolvimentista brasileira, levantamos as seguintes questões:

a) Partindo-se de uma situação existencial apresentada como dada (da qual é feita uma descrição fenomenológica) a situação de subdesenvolvimento da nação brasileira, procura-se elaborar uma filosofia. Ora:

1. A assunção de uma posição existencial como ponto de partida para uma filosofia, sem previamente colocar-se em questão esta posição, seria uma assunção irracional de engajamento e perspectiva, e isto como regra geral seria dar validade a qualquer pensamento e a qualquer posição sem qualquer meio de colocá-lo em questão, a não ser a eficácia histórica, de verificação apenas "a posteriori". Mas entre outras coisas, um pensamento será reacionário ou não, independentemente de sua "eficácia", cujo critério será, final de contas, uma idéia filosófica de Homem. Concretamente, quando o nazismo surgia como podendo realizar os ideais da Nação Alemã, os que a ele se opuseram, apesar de isolados e esmagados, tinham um critério de verdade para sua atitude de resistência heroica. Partir de uma situação como dada, e raciocinar a partir dela, parece-nos irracional, e conduz diretamente ao amoralismo.

2. Porque a filosofia é a da nação subdesenvolvida, e não do continente subdesenvolvido, de povos subdesenvolvidos, ou apenas do nordeste subdesenvolvido? Parece-nos que a delimitação é arbitrária, e traduz determinada deformação ideológica, facilmente condutível ao nacionalismo de direita.

b) A filosofia seria do subdesenvolvimento, pois esta é a contradição principal, englobante, conforme a colocação de Mao Tsé Tung. Ora:

1. A aceitar esta colocação, a filosofia seria um pensamento que deve fazer tudo para acompanhar passo a passo o processo, conscientizando sempre o que vê no presente, e deixando ao futuro, que um dia será presente, o julgamento de nosso agir. A filosofia deixaria então do lado a possibilidade de compreender o presente, apelas partindo dele. Ora o pensamento filosófico não parte das contradições principais existentes a cada momento, mas inclusive as compreende e indica nossa ação diante delas. Mao, apesar de unido ao Kuomintang na luta contra o Japão, jamais deixou de ser marxista.

2. Temos hoje elementos racionais para a compreensão da problemática do homem em termos mundiais, no mínimo virtualmente. O problema humano tem sido definido como o problema da alienação, alienação esta que existe de forma histórica e concreta. Da análise da alienação surge uma categoria filosófica do Homem Total e de Comunidade Humana, que preside a um pensamento de ação social. Poder-se-ia dizer que a situação do subdesenvolvimento é também uma situação alienada, e que a filosofia do subdesenvolvimento é também um pensamento de ação social, desalienante. De acordo. Mas só aceitamos uma posição desenvolvimentista enquanto realiza este fim ético. Temos um pensamento que nos leva ao nacionalismo, mas nunca fundaremos um pensamento no nacionalismo.



c) Encontramos num pensamento nacional desenvolvimentista os seguintes perigos:

1. Hipostasiação da categoria "nação", conduzindo facilmente à sua entificação e deificação, o que redundava frequentemente em subordinação a ela, de seu único elemento válido, isto é, o povo, a comunidade humana que a compõe.

2. Transformação do "desenvolvimento econômico", de um meio para a elevação das condições de vida de um povo, em um fim em si, realizado inclusive em detrimento deste próprio povo. Existem vários "desenvolvimentos", o chinês, o egípcio, o venezuelano e o de Frondizi, e é necessário um critério de escolha entre eles. O critério não poderá ser a saúde ou a força da nação, ou o nível de renda global tomado em si, independentemente de sua repartição.

3. Finalmente, identificação da "nação" com os grupos que agem em nome dela, e assim, transformação da filosofia desenvolvimentista em justificação ideológica para estes grupos, que podem ser circunstancialmente progressistas, ou o contrário. Em nome da "nação" ou do "desenvolvimento nacional" será fácil fechar-se partidos, vetar-se aumentos de salários, coibir-se o direito de greve, etc. etc. Ainda que se afirme que o desenvolvimento nacional exige um clima democrático de aceitação para se realizar, sempre será simples acusar alguém de "contrário aos interesses nacionais", e cairmos em pleno Macartismo.

d) A filosofia que o prof. nos apresenta parece ser, na prática, a perspectiva da burguesia nacional. O caráter progressista deste pensamento nos parece tão progressista quanto esta burguesia, que se interessa pelo Desenvolvimento enquanto este a enriquece, e apenas enquanto isso. A coincidência de interesses das diversas classes e grupos brasileiros, existente na contradição principal manifesta neste momento, é uma simples tática para quem raciocina em termos de Comunidade Humana, uma unidade ultra-precária, mas para a burguesia, deve ser permanente. Assentar sobre esta "contradição principal" o pensamento só pode significar negar-se a colocar em questão sua fugacidade. Significa marchar não só ao lado da burguesia, mas dentro dela e de seus desígnios. Daí porque os elementos progressistas deste pensamento estejam presentes como que ao acaso (elementos progressistas: dialético, revolucionário, de massas). A partir do dado momento, a atual estrutura social brasileira será um entrave ao desenvolvimento do nosso povo, e o pensamento "nacional", com estes postulados, será um pensamento reacionário e conservador.

e) Três pontos, que nos parecem falsos, vão permitir o que consideramos acima:

1. O pensamento existencialista nos é apresentado como contribuindo para o pensamento do subdesenvolvimento, mas deve ser despojado de seus elementos individualistas e subjetivos. É preciso ver o mundo não como correlato da consciência, mas como existindo objetivamente, em sua historicidade própria. Parece-nos que este processo de "enchimento" do mundo existencialista vem transformá-lo no mundo marxista, um mundo humano no qual o homem busca dialeticamente sua transformação e realização. Porque não se parte então da análise marxista, acrescentando-lhe as contribuições da filosofia da existência? De fato, a análise marxista parte da crítica à sociedade

capitalista, de análise e postulação da luta de classes, tem um conteúdo ético e um fundamento racional. Para a burguesia, interessa enquanto auxilia em uma luta anti-imperialista, no desenvolvimento das forças produtivas nacionais, mas deixa de interessar em sua radicalidade.

2. A fenomenologia da condição do nação dominada, reduzindo as circunstâncias históricas, as origens processuais e as tendências, por um lado serve para caracterizar a oposição centro dominante – centro dominado, mas deixa de lado o fato de que esta oposição é apenas um “momento” do processo e é este processo que é fundamental analisar em seus determinismos específicos. Define-se, assim, ou melhor, descreve-se assim dada situação, e parte-se desta descrição para uma filosofia.

3. A acentuação das oposições históricas entre metrópoles e periferias parece-nos outro ponto falho. Implica isto uma dada concepção da história e da evolução humana que transforma as oposições estruturais em oposições geográficas, o que nos parece não só pobre, como perigoso. Para nós, esta concepção significará esquecermos nossa proximidade ideológica com as classes populares dos países desenvolvidos, e nossa proximidade apenas circunstancial com as camadas alienantes de nosso país. Se nos opomos a dado pensamento metropolitano, não o fazemos pelo fato dele existir nos Estados Unidos, Alemanha ou União Soviética, mas por ser um pensamento reacionário. Será eludir o caráter fático e contingente da unidade das classes em nosso país, e assim a justificação de uma teoria “nacional”, isto é, burguesa, de desenvolvimento.

f) Mas, na realidade, existe uma burguesia nacional progressista, isto é, que pretenda um desenvolvimento, mesmo limitado aos seus interesses? É uma questão aberta, o que não impede que, imperceptivelmente, já surja um pensamento para ela....

\*\*\*\*\*

Nota: desculpamo-nos quanto à datilografia, e inclusive quanto à exatidão das formulações, Valem apenas, estes pontos, como uma colocação rápida das questões, feita apenas para uso doméstico.